

OS USOS DA TEORIA NA SALA DE AULA: UMA LEITURA INICIAL DA PRODUÇÃO SOBRE O ENSINO DE TEORIA DA COMUNICAÇÃO*

THE USES OF THEORY IN THE CLASSROOM: AN READING OF ARTICLES AND BOOKS ON TEACHING COMMUNICATION THEORY

LOS USOS DE LA TEORÍA EN EL AULA: UNA LECTURA INICIAL DE LA PRODUCCIÓN SOBRE LA ENSEÑANZA DE LA TEORÍA DE LA COMUNICACIÓN

Luís Mauro Sá Martino

Graduado em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero (1998), com Mestrado (2001) e Doutorado (2004) em Ciências Sociais pela PUC-SP. Foi pesquisador-bolsista na School of Political, Social and International Studies na University of East Anglia, na Inglaterra (2008-2009). Professor da Faculdade Cásper Líbero e da Faculdade Paulus de Comunicação (Fapcom).

* Uma versão diferente deste texto foi apresentado no GP Teorias da Comunicação, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023. Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa realizada com apoio do CNPq, processo no. 305133/2022-5.

RESUMO

Como vem sendo pensado o ensino de Teorias da Comunicação? Uma das disciplinas centrais nos cursos ligados à área de Comunicação, pode ser também um microcosmos de problemas epistemológicos mais amplos, como a diversidade conceitual, indefinições de objeto e método ou a própria noção de comunicação. Este texto examina textos voltados para o ensino de Teoria da Comunicação produzidos entre os trabalhos iniciais de Pignatari (1971) e as discussões de Russi-Duarte (2010) para observar o tema em suas dimensões pedagógicas e epistemológicas. A leitura sugere a existência de três eixos de discussão: (1) a centralidade da disciplina como parte da discussão teórica da Comunicação; (2) o lugar ambivalente ocupado nos cursos da Área de Comunicação e (3) as questões pedagógicas, sobretudo curriculares, ligadas ao ensino. Esses pontos são discutidos no quadro de questões epistemológicas da Comunicação.

Palavras-chave: Teoria da Comunicação. Ensino. Sala de Aula. Epistemologia.

ABSTRACT

How has the teaching of Communication Theories been thought of? One of the central disciplines in courses related to the area of Communication, it can also be a microcosm of broader epistemological problems, such as conceptual diversity, lack of definitions of object and method or the very notion of communication. This text examines texts aimed at teaching Communication Theory produced between Pignatari's (1971) initial works and Russi-Duarte's (2010) discussions to observe the theme in its pedagogical and epistemological dimensions. The reading suggests the existence of three axes of discussion: (1) the centrality of the discipline as part of the theoretical discussion of Communication; (2) the ambivalent place occupied in the courses of the Communication Area and (3) the pedagogical issues, mainly curricular, linked to teaching. These points are discussed within the framework of epistemological issues of Communication.

Keywords: Communication Theory. Teaching. Classroom. Epistemology

RESUMEN

¿Cómo se ha pensado la enseñanza de las Teorías de la Comunicación? Una de las disciplinas centrales en las carreras relacionadas con el área de la Comunicación, también puede ser un microcosmos de problemas epistemológicos más amplios, como la diversidad conceptual, la falta de definiciones de objeto y método o la noción misma de comunicación. Este texto examina textos destinados a la enseñanza de la Teoría de la Comunicación producidos entre los trabajos iniciales de Pignatari (1971) y las discusiones de Russi-Duarte (2010) para observar el tema en sus dimensiones pedagógicas y epistemológicas. La lectura sugiere la existencia de tres ejes de discusión: (1) la centralidad de la disciplina como parte de la discusión teórica de la Comunicación; (2) el lugar ambivalente que ocupan las carreras del Área de Comunicación y (3) las cuestiones pedagógicas, principalmente curriculares, vinculadas a la docencia. Estos puntos se discuten en el marco de las cuestiones epistemológicas de la Comunicación.

Palabras clave: Teoría de la Comunicación. Enseñanza. Sala de Aula. Epistemología.

INTRODUÇÃO

Uma das disciplinas centrais na área de Comunicação, Teoria da Comunicação tende a figurar nos diversos cursos de graduação mesmo após a separação e autonomização das antigas habilitações, em 2013, bem como nos programas de pós-graduação da Área. Trata-se, em muitos casos, do único espaço curricular efetivamente dedicado a um estudo da Comunicação, delimitado já a partir de seu nome – em contraste, por exemplo, com abordagens diretamente vinculadas a outras áreas, como Sociologia da Comunicação ou Psicologia da Comunicação.

Ligada ao conjunto de disciplinas “teóricas”, em uma oposição às “práticas” nem sempre justificada epistemologicamente, mas presente no uso cotidiano da expressão, Teoria da Comunicação pode ser entendida como um microcosmos de questões epistemológicas da Área, sobretudo em termos de seu objeto e abordagens.

Este texto delinea algumas das principais discussões sobre o ensino de Teoria da Comunicação a partir da leitura de livros e artigos publicados sobre o assunto entre 1971, data inicial, com as propostas de Pignatari (1971) até Russi-Duarte (2010) e L. M. Martino (2014).

A indagação central pode ser resumida em uma pergunta: como vem sendo pensado o ensino de Teorias da Comunicação? A reflexão a respeito de seu ensino, na pesquisa em comunicação, parece ainda ocupar um espaço em desenvolvimento. Se existem, por exemplo, publicações e eventos dedicados ao ensino de Jornalismo, como o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo e a Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, no que tange ao ensino de Teoria da Comunicação, a atenção parece ser um pouco mais restrita.

Esse cenário não deixa de ter algo de paradoxal quando se tem em mente a dimensão do ensino de teoria na Área de Comunicação: milhares de estudantes, todos os anos, têm contato com a matéria nos cursos de Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Rádio e TV, dentre outros. Desse contato, geralmente nos semestres iniciais, pode nascer não apenas sua visão

da disciplina como também, em aspectos mais amplos, sobre as potências críticas da reflexão teórica para além das fronteiras profissionais e disciplinares.

Essas discussões vêm ao encontro de preocupações trabalhadas em outros momentos (AUTORIA, 2012; 2013; 2015; 2018) sobre as relações entre as problemáticas epistemológicas da área de comunicação e sua objetivação no ensino de Teoria da Comunicação.

Essa perspectiva parece ser recorrente na área de comunicação e, de certa maneira, atrai a atenção de pesquisadoras e pesquisadores desde o início dos cursos: a progressão cronológica das discussões de Noetti (1972), Gagnebin (1978) e Lins da Silva (1979), Santaella (1982), Epstein (1987), Braga (1992), Baptista (2003), Lopes (2003), Temer (2005), Santos (2006), Sodré (2008), Russi-Duarte (2010) e L. M. Martino (2012; 2013; 2015; 2018) sugere que a questão está longe de ter encontrado algum encaminhamento.

O conhecimento desse cenário tem como objetivo contribuir para um maior diálogo entre a vitalidade das discussões epistemológicas em curso na Área e sua objetivação no acionamento dos conceitos em sala de aula, espaço no qual, para muitas alunas e alunos, tanto na graduação quanto na pós, se dá o primeiro contato com o estudo da comunicação e com a prática de pesquisa.

A TEORIA DA COMUNICAÇÃO NOS CURSOS DA ÁREA

Entender o lugar do debate sobre o ensino de Teoria da Comunicação remete a uma discussão anterior, presente como um elemento de base para se pensar o assunto: onde essa disciplina poderia ser situada? A aparente obviedade da resposta, indicando um curso de comunicação, pode ser questionada quando se observa que Teoria da Comunicação, historicamente, já esteve situada próxima a estudos de Literatura e Crítica Literária, como em Portella (1970) ou UNESP, e mesmo arquitetura e urbanismo (COELHO; FERRARA; MARTINO). Assim, talvez não seja um exercício de obviedade situar a pergun-

ta pelo lugar de Teoria da Comunicação nos cursos de Comunicação, na medida em que se observa um tímido, mas não inexistente, trânsito da matéria em outros espaços acadêmicos.

É possível argumentar que o único lugar possível para uma disciplina que encerra, já em seu título, a perspectiva de um grau alto de abstração, “teoria”, referente ao objeto de toda uma área, “comunicação”, seria próximo de alguma base, em diálogo com a qual seria possível implementar toda uma outra série de discussões a respeito das questões empíricas, metodológicas e profissionais. Na afirmação de Muniz Sodré (2008, p. 19), a comunicação “ainda não é uma *episteme* com visibilidade ‘automática’, ou com o reconhecimento tão imediato quanto outras disciplinas do pensamento social que se movem mais confortavelmente dentro de paradigma vigente”.

No entanto, o lugar da disciplina nos cursos de Comunicação vem se mostrando problemático desde o início, em uma situação que parece ter ganho novas dimensões a partir das Diretrizes Nacionais Curriculares de 2013. Em termos simples, isso poderia ser expresso na maneira de uma pergunta – imprecisa, mas talvez capaz de sintetizar um tensionamento importante para este texto: qual o lugar da Teoria da Comunicação em um ambiente universitário no qual não existem mais cursos de Comunicação? O delineamento das indicações de uma resposta a essa pergunta parecem demandar um olhar, ainda que breve, para esse contexto relacionado ao lugar da disciplina.

A questão ultrapassa os aspectos didáticos ou pedagógicos evocados, corretamente, a partir da palavra “ensino”, e traz uma outros pontos relacionados ora com problemas internos da Área de Comunicação, como as configurações que presidem a definição do ensino, como seus fundamentos epistemológicos e pedagógicos, como o direcionamento para o mercado profissional ou as condições políticas de atuação universitária.

A expansão da matriz empresarial da comunicação contaminou também as escolas de comunicação, manifestando-se, inicialmente, como reação à exacerbada desvalorização da experiência empírica assumida por importantes escolas de comunicação do País, durante as décadas de 70 e 80 (MATTOS, 2003, p. 10)

No encontro dessas linhas de força, a discussão a respeito do ensino de comunicação parece já ter acumulado, ao longo de seis décadas de debates, um histórico suficiente de posicionamentos capaz de permitir a reflexão a respeito de sua própria trajetória. Em termos emprestados do vocabulário de Bourdieu (2021), o debate sobre o ensino de comunicação, por sua trajetória de mais de cinquenta anos, acumulou um capital institucional suficiente para tornar-se, ele mesmo, objeto de investigação.

É possível observar, já a partir dos primeiros relatos e questionamentos disponíveis a respeito do assunto, como Pignatari (1971) ou Noetti (1972) uma preocupação em discutir criticamente as condições de desenvolvimento do ensino de Comunicação, ocorrido mais ou menos na mesma época. A institucionalização dos cursos e escolas de comunicação, naquele momento, parecia gerar uma discussão a respeito das finalidades do ensino, suas relações com o mercado profissional e, em particular, as demandas de formação, objetivadas na escolha dos temas e disciplinas a serem incluídos nos currículos. As décadas seguintes vão testemunhar uma discussão que, se não alcança a intensidade de outras temáticas, conserva o mérito de se manter constantemente em pauta – a progressão das discussões de Noetti (1972), Gagnebin (1978) e Lins da Silva (1979), Santaella (1982), Epstein (1987), Braga (1992), Baptista (2003), Lopes (2003), Temer (2005), Santos (2006), Sodré (2008), Russi-Duarte (2010) e Aatoria (2012; 2013; 2015; 2018) sugere que a questão está longe de ter encontrado algum encaminhamento.

No entanto, vale um questionamento inicial: cabe ainda se falar em

“ensino de comunicação”? A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013, observou-se uma rápida e contínua transformação das antigas habilitações de Comunicação, como Relações Públicas, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Radialismo e Editoração, em cursos. Esse movimento afetou a discussão sobre o ensino, a começar pela expressão “Ensino de Comunicação”: não seria mais correto, a partir de 2013, mencionar especificamente “Ensino de Jornalismo” ou “Ensino de Relações Públicas”? Faria sentido mencionar “ensino de Comunicação” referente a um curso que não existe mais, ao menos do modo como era compreendido até aquela data?

A validade dessa discussão pode ser pensada em termos do que era, até aquela data, um ponto: os cursos, nominalmente, de “comunicação”, não eram voltados para a formação de comunicólogas ou comunicólogos, mas de jornalistas, radialistas, relações públicas e assim por diante. Não se entrava em comunicação para estudar o Comunicação, mas para a aquisição de um saber específico voltado para uma atuação no mercado de trabalho.

Isso tendia a gerar um ponto de tensão observado já desde os primeiros depoimentos coletados por Noetti (1972): a preparação, nos cursos universitários, mais voltada para a compreensão ampla de fenômenos comunicacionais – definição, por si só, amplamente questionável em termos epistemológicos – do que para a profissionalização que se buscava. Lima (1983) observava, na década seguinte, a existência de uma “crise de identidade” dos cursos de Comunicação, divididos, em linhas gerais, entre aqueles que buscavam uma maior formação acadêmica e os voltados para a formação com vistas ao mercado de trabalho.

Esse tensionamento, às vezes, se refletia em currículos universitários nos quais a parte de “comunicação” era contemplada em ciclos básicos ou comuns aos primeiros semestres, concentrando as disciplinas de Humanas, em contraste com a parte final do curso, no qual as turmas eram separadas de acordo com as habilitações, tendo acesso às disciplinas específicas. Se essa divisão solucionava, até certo ponto, a necessidade de alguma solução de continuidade entre nome do curso e suas ramificações profissionais, por outro

lado acentuava a divisão entre teoria e prática a partir da distribuição das disciplinas no curso.

Escrevendo no início dos anos 1990, José Luiz Braga (1992, p. 153) já mencionava também “duas perspectivas que concorrem para a formação e para a percepção de existência desta coisa que se pode chamar de campo da comunicação”:

Esta origem dupla é que vai gerar o que eu tenho tentado caracterizar como a esquizofrenia ainda não resolvida do campo da comunicação: de um lado, uma visão teórica recusadora dos processos de comunicação de massa; de outro lado, processos de produção cultural desenvolvidos ao sabor do mercado, com grandes avanços tecnológicos, mas que ainda não atingiram uma competência adequada no desenvolvimento de suas próprias teorias (BRAGA, 1992, p. 153).

A transformação das habilitações em cursos, em 2013, poderia ser vista inicialmente como uma alternativa para solucionar esse tipo de questão. Deixaria-se de lado o aspecto “comunicação” para uma maior concentração nas questões profissionais – que seriam, por sua vez, dotadas a partir de então de um maior lastro epistemológico, capaz de sustenta-las enquanto áreas relativamente autônomas do saber.

Dessa maneira, seria possível indicar alguma possibilidade de falar, ainda, em “ensino de comunicação”?

A resposta demanda olhar um outro aspecto do tema: se, no âmbito institucional, não existem mais cursos de Comunicação, no sistema de classificação de Áreas de Conhecimento do CNPq, os cursos mencionados encontram-se sob indicação “Comunicação”, situada, por sua vez, na divisão “Ciências

Sociais Aplicadas I”. Da mesma maneira, no quadro indicador de áreas de avaliação da Capes, os cursos estão ligados a “Comunicação e Informação”.

Mais ainda, se, no âmbito da graduação, não existem mais cursos de Comunicação, os Programas de Pós-Graduação da Área, com poucas exceções, são definidos pela palavra “Comunicação” em suas áreas de concentração. É possível questionar em que medida esse processo pode eventualmente levar à existência de um maior hiato entre graduação e pós-graduação na Área, com a existência de cursos específicos de graduação voltados para a profissionalização e especialização próximas às demandas de um mercado em constante transformação, de um lado, e as práticas de pesquisa em pós-graduação dirigidas a problemáticas voltadas para o conjunto da área de Comunicação, de outro.

Evidentemente seria necessário, para um maior aprofundamento desse tipo de argumento, destacar a existência de linhas de pesquisa e/ou grupos de pesquisa nos PPGComs voltados para temas específicos próximos aos cursos de graduação, algo além do escopo e os limites deste texto.

Observa-se, dessa maneira, que uma discussão a respeito do ensino de comunicação pode ser iniciada a partir da dificuldade em situá-lo dentro do espaço universitário. Ao que tudo indica, a disciplina não foi suprimida dos cursos universitários após as mudanças de 2013, o que pode ser um indicativo importante para se pensar a pertinência da discussão a respeito da disciplina dentro de um campo em transformação. Isso leva ao próximo item.

O PROBLEMA DA LOCALIZAÇÃO DA DISCIPLINA

Historicamente, Teoria da Comunicação parece ter ocupado um lugar incerto – no sentido em que Barthes (1980) aplica a expressão a si mesmo enquanto “sujeito incerto” na academia – nos cursos universitários de Comunicação. Isso pode ser compreendido, dentre outros fatores, a partir da pluralidade de significados que se encerra sob esse nome. Retomando a ar-

gumentação de outro momento (AUTORIA, 2015), “Teoria da Comunicação” se refere ao mesmo tempo a uma disciplina acadêmica, a uma área específica do saber comunicacional, e, em sua concepção mais genérica, o conjunto de proposições teóricas a respeito de fenômenos comunicacionais.

Essas três dimensões parecem se cruzar tanto na bibliografia específica quanto nas práticas acadêmicas e profissionais. É nesse triplo aspecto que se pode compreender o lugar incerto da Teoria da Comunicação nos cursos universitários, recordando que essas três dimensões, longe de ser estanques, se apresentam como pontos de interpelação nos debates da Área.

Se for possível tomar a existência de publicações com esse título como um indício de seu reconhecimento e legitimidade enquanto área relativamente autônoma de conhecimento, não seria errado dizer que os estudos de Teoria da Comunicação têm início pouco antes da institucionalização da Área, com a publicação do que parece ter o primeiro livro com esse título, de autoria de Vellozo (1969). Dois anos depois, observa-se a institucionalização dos cursos de Comunicação Social, que reúnem as até então existentes graduações em Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas (MOURA, 2002).

Como assinalado em outros momentos por L. C. Martino (2007) e Autoria (2015), criou-se uma situação problemática, ou, no mínimo, paradoxal, na qual a existência dos cursos universitário precedeu, em quase sua totalidade, o desenvolvimento de uma bibliografia específica sobre suas temáticas.

Dito de outra maneira, ao que tudo indica, primeiro foram criados os cursos de comunicação para, só então, se definir o que seria ensinado neles. Isso parece criar uma tensão entre a legitimação institucional de uma área do conhecimento, com sua consequente inscrição no discurso dos saberes universitários, e a situação de um quase total esvaziamento epistemológico de sua constituição, ressaltada sobretudo pela ausência de uma bibliografia mínima a seu respeito – exceção feita, entre outros, aos trabalhos mencionados de Vellozo (1969) e Pignatari (1971).

Não que não existissem, naquele momento, livros sobre temáticas próximas, mas ligados ao que, atualmente, se entenderia por Teoria da Informação ou Semiótica. Pignatari (1967) ou D’Azevedo (1971) se afirmam como uma discussão a respeito de problemas teóricos da comunicação dentro de uma perspectiva panorâmica, na qual o estudo dos signos, de base majoritária, mas não exclusivamente, peirceana.

Ao mesmo tempo, o estudo de Cohn (1969), intitulado “Sociologia da Comunicação”, abre espaço para um diálogo pioneiro com perspectivas da Escola de Frankfurt, focada nas condições materiais, históricas e sociais de produção da comunicação no circuito político e institucional das empresas de mídia, bem como de suas possibilidades de circulação e enfrentamento por sujeitos colocados, pela primeira vez, diante da violência dos processos da indústria cultural.

É possível observar, portanto, que já em sua origem os cursos de Comunicação parecem ser interpelados por uma demanda constante de justificar sua existência diante de um mercado que o vê com desconfiança, sobretudo por não ser entendido como um lugar de formação profissional específica. A bibliografia disponível, de natureza sobretudo técnica, não se dirige à construção de um arcabouço epistemológico capaz de sustentar o desenvolvimento de um curso de Comunicação mas, antes, questionar sua própria existência a partir do reforço de que o aprendizado só ocorreria na prática – é sintomático que algumas empresas de Comunicação tenham mantido essa perspectiva durante as décadas seguintes, criando seus próprios cursos ou programas de treinamento.

Nesse contexto, qual o espaço de Teoria da Comunicação? Como localizar a disciplina em um curso institucionalmente criado a partir de poucas diretrizes, criticado, internamente, por conta de sua insuficiência epistemológica, e, de fora, por dúvidas a respeito de sua capacidade de formar profissionais habilitados para o mercado? Talvez mesmo dentro de uma concepção bastante otimista em relação às potencialidades dessa disciplina fosse difícil observar qualquer possibilidade de resolução, ou mesmo de encaminhamento, para essa questão:

Docentes, investigadores y estudiantes las perciben como un cúmulo de ambigüedades, dificultades y contradicciones para una adecuada caracterización y delimitación; asimismo, expresan incesantes cuestionamientos sobre su utilidad práctica. La verdad es que, en el contexto académico e investigativo, el tema como tal está abierto y es propicio para la investigación y el debate (SIERRA GUTIERREZ, 2016, p. 19).

Não deixa de ser sintomático que o próprio nome da disciplina tenha estado em jogo naquele momento: havia, como recordado em outros momentos (AUTORIA, 2019), uma tensão em relação a qual seria a disciplina teórica básica do curso de Comunicação. O nome inicial não era “Teoria da Comunicação”, mas “Fundamentos Científicos da Comunicação”. A diferença, mais do que uma questão de nomenclatura, procurava ressaltar uma cientificidade necessária em um momento de instauração do curso universitário – voltaremos ao tema no próximo item.

Recorrendo novamente à análise do campo acadêmico levada a efeito por Bourdieu (2021), pode-se interpretar algumas dessas questões. Enquanto estratégia de legitimidade para ampliar o capital acadêmico do curso de Comunicação diante dos outros, na busca de um reconhecimento *inter pares*, busca-se naquele momento inicial um vínculo capaz de reforçar sua condição de “ciência” – legitimando-se, assim, como portador de uma credencial para ocupar o lugar que ocupa. Dessa maneira, a escolha por se falar em “Fundamentos Científicos da Comunicação” no lugar de “Teoria da Comunicação” pode ser entendido como um movimento no sentido de legitimar a área enquanto uma “ciência” – em uma concepção que se pretendia próxima das exatas ou das biológicas, em uma discussão efetuada por Gewandsnejder (2003) ou Aatoria (2020).

Isso pode explicar, por exemplo, a inexistência de discussões a respeito do ensino universitário de Teoria da Comunicação nesse momento inicial.

Esse aspecto parece se tornar tanto mais decisivo na medida em que os cursos de Comunicação parecem, aos poucos, adotar uma perspectiva crítica em relação às formas e condições do mercado de mídia, já plenamente consolidado a esta altura. Mais importante, trata-se de pensar uma perspectiva crítica em relação ao regime militar, no qual, vale lembrar, passam a existir os cursos de Comunicação.

Ao que parece, o movimento de consolidação da disciplina Teoria da Comunicação no lugar de Fundamentos Científicos da Comunicação parece acontecer ao longo dos anos 1970, quando se busca precisar alguns delineamentos possíveis dos saberes a serem incluídos sob essa rubrica. Esse aspecto parece se tornar tanto mais decisivo na medida em que os cursos de Comunicação parecem, aos poucos, adotar uma perspectiva crítica em relação às formas e condições do mercado de mídia, já plenamente consolidado a esta altura. Mais importante, trata-se de pensar uma perspectiva crítica em relação ao regime militar, no qual, vale lembrar, passam a existir os cursos de Comunicação.

Venício Lima assinala a existência de “uma relação inversa entre a expansão institucional da área (sobretudo na década de 70) e o desenvolvimento teórico” (LIMA, 1991, p. 160). E completa: “A comunicação passou a ser entendida e definida em termos das profissões e do espaço institucional que ocupa nas universidades e escolas e não de forma teórico-conceitual” (LIMA, 1991, p. 160).

É possível observar, nesse ponto, que a consolidação da Teoria da Comunicação como uma disciplina dentro dos cursos de Comunicação não está ligada apenas aos movimentos de definição de uma cientificidade do campo, mas também parece responder a fatores políticos e contextuais mais amplos, delineados pela necessidade de elaboração de um pensamento crítico diante da hegemonia de fenômenos midiáticos inéditos. O lugar da Teoria da Comunicação, nesse sentido, não seria mais o da reivindicação de uma cientificidade com vistas à legitimação, como acontece ao se pensar no nome anterior, mas de pensar criticamente a Área. Não deixa de ser sintomático

que o primeiro texto voltado para discutir o ensino da disciplina, intitulado “Teoria da Comunicação”, de Lins da Silva (1979), apareça em uma coletânea chamada “Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação” (MELO; FADUL; SILVA, 1979). É a partir daí que se inaugura uma discussão contínua a respeito do significado pedagógico dessa disciplina, focalizada no próximo ítem.

A DISCUSSÃO PEDAGÓGICO-CURRICULAR

É possível tomar o ano de 1979, com os textos de Lins da Silva (1979) e Gagnebin (1979) reunidos na coletânea de Fadul, Melo e Silva (1979) destacada no ítem anterior como o momento de algumas das primeiras tentativas de pensar o ensino de Teoria da Comunicação. O contexto é o de uma readequação do próprio ensino de Comunicação, cerca de dez anos depois de sua primeira formulação. Embora, como indicado, já existisse uma área de conhecimento intitulada “Teoria da Comunicação”, ao que parece, esse conjunto de saberes ainda não estava contemplado nos cursos de Comunicação, sendo a disciplina “Fundamentos teóricos da Comunicação” a mais próxima. O currículo de 1979 traz justamente essa substituição, tornando Teoria da Comunicação uma das disciplinas obrigatórias.

O que essa mudança significou de fato? Lins da Silva (1979, p. 191) indica que a implantação do novo currículo mínimo de Comunicação, feita em 1979, é a responsável pela transformação, não isenta de críticas:

Contudo, quem mudou o título da disciplina deve tê-lo feito amparado em algum pressuposto maior do que o simples desejo de inovar embalagens. No mínimo, os autores do currículo partem da ideia de que existe uma Teoria da Comunicação. Mas exatamente a existência de tal teoria que pretendo questionar inicialmente, dentro da conceituação crítica da disciplina (LINS DA SILVA, 1979, p. 191).

O questionamento se refere à existência de não apenas de uma teoria da comunicação, mas da própria possibilidade de uma única teoria, ou conjunto de teorias, de dar conta do conjunto multifacetado de fenômenos aos quais se poderia dar o nome de “comunicação”. A preocupação de Silva, nesse particular, se dirige a um problema de origem: cada uma das abordagens convocadas para o estudo da comunicação desenvolve sua própria concepção do que significa esse conceito, de maneira a permitir, algumas vezes, apenas um breve tangenciamento entre elas – isso quando não se referem a questões epistemológicas completamente distintas. Em seu capítulo no mesmo livro, Gagnebin (1979, p. 153) assinala algo semelhante:

Os debates que se desenvolvem em torno dos currículos das Escolas de Comunicação são um sintoma da precariedade dos fundamentos da(s) chamada(s) Teoria(s) da Comunicação, as quais, imprecisamente, constituem o campo da comunicação. A precariedade daquelas e a conseqüente imprecisão deste outro oferecem-se, por isso mesmo, como um terreno mais ou menos fértil para incursões de todas as procedências.

Esse problema, examinado pela autora e pelo autor a partir das questões do ensino, parecem ter encontrado uma vasta descendência na Área de Comunicação, sobretudo quando se observa certa semelhança entre os argumentos propostos em 1979 e as considerações de Rüdiger (2022), mais de quarenta anos depois, voltando à questão a respeito da existência de um tipo de saber que possa ser chamado de “teoria da comunicação”.

Os textos de Lins da Silva e Gagnebin, no entanto, sugerem também uma preocupação crescente com as questões de ensino a partir de um desenvolvimento dos cursos de Comunicação que, naquele momento, já completavam sua primeira década – e, pelo que se pode entender das fontes disponíveis, estavam longe de encontrar um consenso a respeito de sua constituição,

seja como curso superior, seja como parte integrante de uma área do saber em construção.

Tanto a autora quanto o autor, no entanto, parecem se mostrar propositivos em relação ao ensino de Teoria da Comunicação. Sua perspectiva indica a necessidade de um maior fortalecimento epistemológico da Área em termos das possibilidades de abordagem dos fenômenos comunicacionais dentro de um prisma político que privilegie as relações entre os meios de comunicação e a sociedade. Essa discussão acontece, vale recordar, em 1979, momento que precede a chamada “abertura política” dos anos 1980, e se posiciona de maneira a apoiar uma crítica de mídia e de seus processos sociais correlatos como foco de uma teoria da comunicação.

É sintomático que os dois textos mencionem, como possibilidades de referencial teórico, a Escola de Frankfurt: a integração do pensamento crítico desse conjunto – heterogêneo, vale recordar – de pesquisas parece, naquele momento, ter se consolidado como parte das abordagens para se pensar a comunicação, sobretudo em termos da perspectiva de uma indústria cultural. Note-se, igualmente, a preocupação com as questões de linguagem.

Sociologia da mídia, estudos de linguagem e discurso: embora não usem exatamente esses termos, os dois textos iniciais sobre Teoria da Comunicação parecem antecipar essas duas abordagens do comunicacional como as principais matrizes nas quais essa disciplina – e, de certa maneira, a área – tende a procurar referenciais nas décadas seguintes.

No início da década seguinte, em um texto de sete páginas, Santaella (1982) retomava o tema do ensino de Teoria da Comunicação ressaltando a necessidade de fazer uma crítica das práticas midiáticas e comunicacionais a partir de uma matriz relacionada aos estudos da linguagem, sobretudo dentro de uma perspectiva voltada para o estudo dos signos e códigos. Mas assinala, logo de saída, a necessidade de enfrentar um problema relacionado à diversidade de teorias e abordagens que não dialogam entre si, em uma heterogeneidade difícil de caracterizar como parte de um

espaço comum: “A diversidade, às vezes enorme, da investigação na área da Teoria da Comunicação torna difícil agrupar, num todo homogêneo, a indução teórica e metodológica aplicada nesse campo” (SANTAELLA, 1982, p. 24).

Nota-se, nesse momento, não apenas a consolidação do abandono da nomenclatura “Fundamentos científicos” em relação à “Teoria da Comunicação” como também o direcionamento para uma problemática ligada à discussão sobre o ensino. No entanto, o texto de Santaella se debruça, sobretudo, em relação ao que ensinar: o debate sobre o currículo da disciplina parece ecoar os problemas indicados por Lins da Silva (1979) três anos antes. A que se refere uma matéria chamada “Teoria da Comunicação”, se nem o campo tem algum consenso a respeito de quais seriam suas bases teóricas?

Há uma clivagem institucional a ser observada: em 1983, há uma nova definição do currículo mínimo de comunicação. A disciplina Teoria da Comunicação é confirmada como parte do conjunto de matérias obrigatórias, mas permanece a indefinição a respeito do que pode ou deve ser ensinado. O problema relacionado às definições dos conteúdos da disciplina permanece. Epstein (1987, p. 95) sintetiza a questão: “Aparentemente nada mais próprio ou adequado a um curso universitário de comunicação do que conter em sua espinha dorsal teórica uma disciplina com esse título. Onde senão aí procurar um dos alicerces de legitimação de um curso de tal natureza?” (EPSTEIN, 1987, p. 95).

O problema, como mostra, é a indefinição a respeito do que constitui, efetivamente, esses fundamentos. Epstein recupera, nesse momento, as propostas de Teoria da Comunicação presentes nos currículos de 1979 e 1983 – considerando que, no primeiro currículo, de 1969, a disciplina ainda era Fundamentos científicos da Comunicação, a mudança parece se dar sobretudo no plano taxonômico. O quadro abaixo pode auxiliar a compreender a questão:

Quadro 1: Definições da disciplina Teoria da Comunicação nas bases curriculares de Comunicação

Data	Título	Definição
1969	Fundamentos Científicos	Não se aplica.
1979	Teoria da Comunicação	Estudo científico da comunicação, incluindo seu processo e efeitos sociais, bem com os métodos de pesquisa aplicados à comunicação de massa. Exame do papel que aí ocupam a semiologia e a indústria cultural (EPSTEIN, 1987, p. 95)
1983	Teoria da Comunicação	O objeto da comunicação social. Contribuições interdisciplinares para a constituição de uma Teoria da Comunicação. As diversas correntes teóricas. Teorias voltadas para a análise de mensagens, inclusive a Semiologia. Transformações históricas, processos de comunicação e seu relacionamento, com ênfase no período contemporâneo (MEC, 1983, <i>apud</i> EPSTEIN, 1987, p. 95).

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Melo, Fadul e Silva (1979) e Epstein (1987).

Se é possível notar, na definição de 1979, a presença ainda da palavra “científico”, há apenas um objeto, a comunicação de massa, a ser abordada a partir de dois conceitos fundamentais, semiologia e indústria cultural – reforçando a ideia de uma dualidade de nascimento da área entre sociologia da mídia e estudos de linguagens. No segundo modelo, no entanto, uma novidade: fala-se em “correntes teóricas”, não mais apenas em duas. A semiologia é incluída, mas não parece estar em um lugar de destaque. O conceito de “indústria cultural” desaparece, e entra em cena uma perspectiva interdisciplinar.

A divisão por escolas ou correntes, como diz o texto, aos poucos vai se tornar dominante na bibliografia da área, sobretudo nos livros-textos produzidos a partir do final dos anos 1990. Nesse meio tempo o debate prossegue, não tanto em relação à Teoria da Comunicação, mas à própria afirmação e consolidação do campo nesse meio tempo. Parece existir um hiato entre o

texto de Epstein (1987) e novas discussões específicas, que ocorrem por volta do ano 2000.

Há, nessa retomada, uma outra dimensão: o aspecto pedagógico e as práticas de sala de aula. Se as discussões dos anos 1970-1990 pareciam privilegiar as questões de currículo, há no início dos 2000 uma preocupação sobre como falar de Teoria da Comunicação para estudantes que, naquele momento, já tinham plena familiaridade com a Internet e as mídias digitais. Isso não significa que a discussão anterior tenha se esgotado, recorda Maria Ângela Mattos (2003):

Neste contexto, o campo acadêmico amplia sua susceptibilidade para adotar correntes da moda (...).Esses modismos são incorporados aos conteúdos programáticos de inúmeras disciplinas dos cursos de comunicação, inclusive nas TCs [Teorias da Comunicação], cuja pretensão é conferir “cientificidade” aos fenômenos empíricos. Isto resulta na não sistematização dos conhecimentos acumulados na área, além de se cometer o equívoco de criar novos conhecimentos soterrando os “velhos” (MATTOS, 2003, p. 11).

A preocupação era pensar como essas problemáticas chegavam à sala de aula. A expansão do número de cursos superiores no Brasil naquele momento leva a uma questão referente às condições e possibilidades do exercício da docência. No que diz respeito à Teoria da Comunicação, o ponto trazido por Ferreira (2003, p. 180) é sintomático:

Como vim de um curso de bacharelado, em que não há preparação prévia para o exercício docente, minhas primeiras intervenções foram (re)produções criadas a partir da vivência junto a antigos professores. Eram imitações feitas a partir

das experiências positivas. O problema, às vezes, era uma sensação de que algo estava sendo feito errado. Uma espécie de frustração diante dos alunos de baixo desempenho ou que não correspondiam conforme o planejado.

A esse problema correspondia, a questão mencionada sobre respeito do lugar das matérias teóricas nos cursos de Comunicação, mantendo a dicotomia, criticada mas não resolvida, entre os aspectos profissionais e humanísticos. Maria L. Baptista (2003) sintetiza a questão:

Penso no quanto, para muitos alunos, as disciplinas teóricas constituem-se, apenas, em entulho de currículo. Trata-se, apenas, daquilo que se interpõe entre o início e a “parte boa” da faculdade, que, para eles, a priori, é a prática. Surgem, então, idéias sobre como isto se constituiu, essa imagem pública de que a teoria é descartável, de que não é necessário compreender profundamente os processos, mas, somente, saber o necessário para executar tarefas (BAPTISTA, 2003, p. 1).

Bonin (2005) assinala um quadro semelhante:

No convívio com estudantes, é comum encontrarmos noções equivocadas relativas à teoria, ao modo de compreendê-la e de conceber sua relação com o real e com a prática, que marcam o modo de utilizá-la também na construção de projetos de pesquisa. Temos nos deparado com a vigência de noções relativas à teoria que a associam a um exercício retórico, de erudição, que pouco ou nada tem a ver com

a prática e com a realidade concreta; que a tomam como verdade inquestionável e a fetichizam; atitudes de reverência a perspectivas e a autores, posturas de negação da teoria e de empirismo (BONIN, 2005, p. 62).

Também com uma diferença de dois anos L. C. Martino (2007) indica a maneira como a Teoria da Comunicação, enquanto disciplina e conjunto de saberes, é trabalhada nos cursos de Jornalismo, apontando as mesmas indefinições presentes nos estudos das décadas anteriores. É sintomático que, no final da década, Russi-Duarte (2010) destaque um problema similar, agora não tanto em relação ao lugar da teoria da comunicação, mas à maneira como pode ser compreendida dentro do contexto de um curso universitário:

De maneira contrária, corriqueiramente observamos uma das alterações mais típicas na compreensão das teorias como modelos para aplicar instrumental e mecanicamente (caixa de ferramentas). O fato de forma simplória reduz a uma historiografia exposta literalmente, não problematizada nem refletida, que descreve desenhos no sentido mais solto: matemático, hipodérmico, dois estágios... que estão longe no sentido conceitual dos processos todos que levaram ao desenho cognitivo de uma ou varias teorias e pensamentos (RUSSI-DUARTE, 2010, p. 4).

O panorama, como indicado anteriormente, passa por uma transformação a partir de 2013, gerando uma discussão posterior sobre o lugar da Teoria da Comunicação nos então recém-criados cursos da Área. O questionamento, ainda a se pensar, é quais seriam as possibilidades, alcance e limites dessa disciplina quando não se trabalha mais, em termos imediatos, com a

ideia de uma “Área de Comunicação”, mas com as perspectivas da especificidade dos cursos individuais. O problema, ao que tudo indica, permanece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício do pensamento crítico pode começar com uma epistemologia crítica: “Por meio desses processos de definição e avaliação, epistemologias exercem poder na regulação das teorias sociais”, lembra Collins (2022, p. 25). Daí que, sobretudo em contextos de desvalorização da pesquisa, do ensino e do conhecimento, uma epistemologia crítica não pode se deixar disciplinar – jogando-se com a ambiguidade da palavra – em um corpo de saberes inertes, apresentado em perspectiva cronológica, mas não histórica, quase um “museu das teorias”, como parece acontecer às vezes no ensino de Teorias da Comunicação (AUTORIA, 2013; 2018).

Não se trata, na esteira de Bachelard (1977), de pensar a dimensão pedagógica da disciplina, mas sublinhar a dimensão epistemológica do ensino. O recorte temporal se justifica por conta de se tratar de uma produção bibliográfica relativamente esparsa, voltada, em boa medida, para questões pontuais relacionadas ao ensino. Vale ressaltar que a abordagem não é ancorada em questões didáticas ou pedagógicas: embora essas dimensões certamente estejam presentes nas múltiplas transversalidades do ensino, o foco está voltado para pensar a disciplina Teoria da Comunicação dentro de uma trama epistemológica relacionada à área de Comunicação.

Busca-se um maior conhecimento das problemáticas epistemológicas da Área, mas também, em termos específicos, com o debate sobre a formação acadêmica e profissional. E é possível fechar com o desafio, feito já há vinte anos, por Lopes (2003, p. 288): “trazer, para a sala de aula, os avanços teóricos alcançados através da pesquisa acadêmica sobre a produção e a recepção da comunicação”.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **O racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1980.

BONIN, J. A. Elementos para pensar a formação e o ensino em teorias da comunicação. **Conexão**, v. 4, n. 8, p. 61-68, jul./dez. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2021.

BRAGA, José L. A formação de professores para a comunicação. In: KUNSCH, Margari-da M. K. (Org.) **O ensino de comunicação**. São Paulo: Abecom/ECA-USP, 1992, pp. 148-160.

COLLINS, P. H. **Bem mais do que ideias**. São Paulo: Boitempo, 2022.

EPSTEIN, I. Um impasse curricular: Teoria da Comunicação. IN: MELO, J. M. **Ensino de Comunicação no Brasil**. São Paulo: Eca/Usp, 1987

FELINTO, Erick. Isto não é um cachimbo nem um objeto da comunicação: notas sobre o estado atual da Teoria da Comunicação no Brasil e algumas convergências interessantes com os estudos literários. **INTERCOM**, 22. Manaus: **Anais...** Universidade do Amazonas, 05 a 07 de setembro de 2000.

FERREIRA, Jorge C. F. Reflexões sobre o ser professor. In: PERUZZO, Cicilia M. K.; SILVA, Robson B. (Orgs.). **Retrato do ensino em comunicação no Brasil**. São Paulo/Taubaté: Intercom/Unitau, 2003, pp. 179-191.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Análise ideológica: as tramas do imaginário. In: MELO, José M.; FADUL, Anamaria; LINS DA SILVA, Carlos E. (Orgs.). **Ideologia e poder no ensino de comunicação**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979, pp. 149-158.

GOBBI, Maria C. *et alli*. O ensino de comunicação no nordeste do Brasil. **Animus**, Vol. 15, no. 30, 2016, pp. 261-279.

GOLDMAN, Irving. Critical communication theory for undergraduate students. **Journalism Educator**, s. n., Primavera 1990, pp. 58-63.

HEISLER, Jennifer M; DISCENNA, Thomas. Teaching Metatheoretical Beliefs in Communication Theory. **Communication Teacher**, Vol. 19, no. 2, 2005, pp. 44-47.

HICKSON, Mark; STAKS, Don. Teaching the Introductory Communication Theory Course to Undergraduates. **Communication Quarterly**, Vol. 41, No. 3, Summer 1993, Pages 261-266

HOYOS-ANDRADE, Rafael E. **Teoria da Comunicação**. Assis: Unesp, 1985.

LIMA, Venício A. Profissões e formação teórica em comunicação. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 13, n. 62/63, 1991, pp. 159-163.

LINS DA SILVA, C. E. Teoria da Comunicação. In: FADUL, A. & MELO, J. M. **Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 1979, pp. 191-211.

LOPES, Maria I. V. A pesquisa e o ensino nas escolas de comunicação. In: PERUZZO, Cicilia M. K.; SILVA, Robson B. **Retratos do ensino em comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, 2003, pp. 283-294.

MARTINO, L. C. **Teorias da Comunicação: muitas ou poucas?** Cotia: Ateliê, 2007b.

PORTELLA, Eduardo. **Teoria da Comunicação Literária**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

REVISTA DE CULTURA VOZES, **Escolas de Comunicação e Profissionalização**. Petrópolis, Vozes, Ano 66, Vol. 66 no. 8, Outubro 1972.

RÜDIGER, Francisco. **Epistemologia da Comunicação no Brasil**. São Paulo: Oficina da Palavra, 2022.

RUSSI-DUARTE, P. Por que ensinar teorias (da comunicação)? XXXIII INTERCOM. Caxias do Sul: **Anais...** Universidade de Caxias do Sul, 6 a 9 de setembro de 2010.

SANTAELLA, L. Teoria da Comunicação: considerações para o ensino. **Boletim Intercom**. no. 38, Ano 5, julho-agosto 1982, pp. 24-28.

SANTOS, T. C. Teorias da Comunicação: caminhos, buscas e interseções. **Famecos**, no. 28, dezembro 2005, pp. 21-44.

SIERRA GUTIÉRREZ, Luis I. La paradójica centralidad de las teorías de la comunicación: debates y prospectivas. **Palabra Clave**, Vol. 19, n. 1, 2016, 15-56.

SODRÉ, M. Ensinar e Pesquisar. In: MOREIRA, S. V. e VIEIRA, J. P. D. **Comunicação: ensino e pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

SODRÉ, M. Ensinar e Pesquisar. In: MOREIRA, S. V. e VIEIRA, J. P. D. **Comunicação: ensino e pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

TEMER, A. C. Teorizar é pensar a prática: uma reflexão sobre o ensino das Teorias da Comunicação nos Cursos de Jornalismo. 10º ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO. **Anais...** Goiânia: 27 a 30 de abril de 2007.

VELLOZO, Sérgio. **Teoria da Comunicação Coletiva**. Rio de Janeiro: O Globo, 1979.